

Por ordem do



da República Federal da Alemanha

Por meio da



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Mata Atlântica
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Projeto: Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica
PN: 12.9077.4-001.00

Consultoria para desenvolvimento de capacidades nos estados da Bahia e Paraná sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima – especialista em economia dos ecossistemas e da biodiversidade e em planejamento de mecanismos financeiros

Consultor: Pedro Gasparinetti (Consultoria Contraponto)

Contrato nº: 83358371

Produto 4: Relatório Final - Bahia

CONTRAPONTO
Consultoria

Conteúdo

Introdução	2
Descrição das atividades realizadas no processo de desenvolvimento de capacidades	2
Reuniões de preparação das oficinas	2
Elaboração do material didático das oficinas	3
Realização das oficinas e das Reuniões de Acompanhamento	4
Avaliação e recomendações sobre o aperfeiçoamento dos Instrumentos Econômicos	6
ICMS Ecológico	6
Cobrança pelo Uso da Água	7
Cotas de Reserva Ambiental	8
Conversão de Multas Ambientais	9

Introdução

O presente relatório descreve de forma sucinta e objetiva as atividades de preparação e execução do ciclo de oficinas em desenvolvimento de capacidades para aprimoramento de instrumentos econômicos para a Conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima, projeto promovido em parceria entre o Instituto Água e Terra, a Agência alemã de cooperação técnica (GIZ), e o Ministério do Meio Ambiente, sendo uma das iniciativas do projeto biodiversidade e mudanças climáticas na Mata Atlântica, desenvolvido por GIZ e MMA.

Este documento também traz uma avaliação geral do processo de compartilhamento de conhecimento técnico entre todos os envolvidos (servidores da SEMA e INEMA, coordenadores do MMA e da GIZ no projeto Mata Atlântica, e facilitadores contratados por este projeto), e também do processo de construção de planos de ação expeditos para aprimoramento dos instrumentos econômicos de pagamentos por serviços ambientais, conversão de multas ambientais, e aqueles relacionados à melhoria da sustentabilidade financeira de unidades de conservação estaduais.

Por fim, o relatório traz recomendações de caráter geral para eventuais novos projetos com finalidades similares, com base nas lições aprendidas ao longo do presente projeto, assim como oferece recomendações específicas para a continuidade dos processos de aperfeiçoamento dos instrumentos econômicos abordados neste ciclo de oficinas e desenvolvimento de planos de ação.

Descrição das atividades realizadas no processo de desenvolvimento de capacidades

Reuniões de preparação das oficinas

Foram realizadas reuniões de trabalho com pontos focais do MMA, GIZ e SEMA-BA, no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, de modo a subsidiar a elaboração de um Plano de Trabalho que fosse alinhado às demandas de aprendizagem de técnicos da SEMA, e às necessidades de aperfeiçoamento dos instrumentos econômicos selecionados pelos pontos focais da SEMA como objetos das oficinas e dos planos de ação do presente projeto.

Nessas reuniões preparatórias também foi definida a agenda de oficinas e de reuniões de acompanhamento, as plataformas de comunicação a serem usadas, o perfil do público-alvo, e o número máximo de participantes em cada oficina. Outra definição importante nestas reuniões foi quanto à identificação da pessoa que participaria como ponto focal para cada instrumento econômico, responsável por orientar os consultores sobre o escopo desejado de cada oficina temática e das demandas específicas de cada instrumento a serem atendidas por meio do desenvolvimento dos planos de ação.

Para uma melhor identificação conjunta dos desafios relativos aos instrumentos econômicos em questão, bem como das oportunidades de melhoria na sua implementação, foram realizadas reuniões específicas sobre cada instrumento econômico com os respectivos pontos focais. Para estruturar as discussões, foram colocadas aos pontos focais algumas perguntas orientadoras: 1) “Qual é o status deste instrumento econômico no contexto da atual gestão da SEMA?”; 2) “Quais são as necessidades específicas de

Comentado [1]: Comentário geral: Verificar ao longo do documento todas as siglas: quando aparecem pela primeira vez no texto deverão ser escritas por extenso. Nunca citar apenas a sigla sem citar pela primeira vez o que ela significa. Poderá também, se achar mais fácil, inserir um quadro de siglas no início do documento. O que preferir.

aperfeiçoamento do instrumento econômico?"; 3) "O quê poderia ser considerado como principal objetivo de aperfeiçoamento desse instrumento econômico?". A partir das discussões motivadas por essas perguntas, foi possível identificar junto aos pontos focais qual seria o objetivo principal de um plano de ação voltado ao aperfeiçoamento de cada instrumento econômico, e, em caráter preliminar, foram avaliadas possíveis atividades deste futuro plano de ação.

Desenvolvimento do Plano de Trabalho

O plano de trabalho teve como principal intuito descrever a metodologia didático-pedagógica das oficinas, a coleta e a organização de informações secundárias complementares, as ferramentas de comunicação e de ensino que seriam utilizadas, assim como o programa e a dinâmica do ciclo de oficinas. Cada uma das seis oficinas (a inicial, as quatro oficinas temáticas, e a oficina final) teve seu planejamento apresentado, em relação ao seu objetivo, à ementa de conteúdo da oficina, aos temas a serem abordados, e à programação prevista.

O plano de trabalho também indicou quais seriam os objetivos preliminares a serem alcançados pelos planos de ação, assim como os métodos de preparação desses planos de ação, enfatizando o aspecto de construção desses planos por meio de grupos de trabalho que seriam formados ao fim de cada oficina temática. As reuniões de alinhamento descritas anteriormente foram muito úteis para a elaboração de um plano de trabalho que apresentasse de forma prática e objetiva quais seriam as abordagens a serem desenvolvidas em cada plano de ação, sendo que os principais apontamentos das reuniões foram sintetizados nas seções de "Antecedentes e alinhamentos", "Perguntas e desafios para os planos de ação", e "indicativos para o plano de ação" para cada instrumento econômico que foi objeto do Plano de Trabalho.

Adicionalmente, o plano de trabalho para as oficinas de desenvolvimento de capacidades em instrumentos econômicos para a conservação apresentou também o cronograma previsto de realização das oficinas e das reuniões de acompanhamento. Por fim, o plano de trabalho descreveu de forma sucinta quais seriam os produtos decorrentes deste ciclo de oficinas.

Elaboração do material didático das oficinas

Para cada oficina do ciclo de desenvolvimento de capacidades instrumentos econômicos, foi elaborada uma apresentação de slides em formato PowerPoint, que continha, além da descrição dos objetivos da oficina e de sua programação, o conteúdo didático a ser apresentado pelo facilitador da respectiva oficina. Este conteúdo foi elaborado com base em pesquisas e consultas a publicações especializadas nos temas abordados, assim como a partir de informações obtidas em websites de instituições, programas e iniciativas reconhecidamente relacionadas aos instrumentos econômicos abordados.

A apresentação da oficina introdutória e de CRA foi escrita e apresentada pelo facilitador (Pedro Gasparinetti). As apresentações sobre o estado da arte dos demais instrumentos econômicos na Bahia ficou a cargo dos próprios pontos focais designados para coordenar o desenvolvimento do respectivo plano de ação, e no caso de alguns IE, contou com o complemento de outros especialistas, como por

Comentado [2]: Inserir aqui o Link para tais apresentações tal como feito no Produto 3. Sugiro tomar como base o Produto 4 do Paraná já aprovado por MMA e GIZ.

exemplo, na oficina de CRA, foi feita também uma apresentação pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

Para as sessões de debate entre os participantes das oficinas, os facilitadores prepararam uma série de perguntas orientadoras, de forma a orientar as discussões no sentido de identificar elementos apropriados para a posterior construção dos planos de ação.

Como informações suplementares ao conteúdo das apresentações nas oficinas, os facilitadores também selecionaram e compilaram conjuntos de materiais informativos relativos a cada instrumento econômico. Estes materiais foram predominantemente publicações técnicas sobre temas relacionados aos instrumentos econômicos, mas também foram disponibilizados aos participantes informações em outros formatos, como vídeos, legislações e tabelas.

Comentado [3]: Inserir link para as pastas que reúnem os arquivos mencionados, que foram compartilhados com os participantes.

Realização das oficinas e das Reuniões de Acompanhamento

As seis oficinas do ciclo para desenvolvimento de capacidades em instrumentos econômicos para conservação foram realizadas por meio da plataforma Google Meet. Cada oficina teve duração aproximada de 4 horas, com o intervalo de 10 minutos entre a primeira e a segunda sessão.

Comentado [4]: Informar se foram gravadas e indicar link ou como obter acesso à memória dessas oficinas

A oficina inicial teve por objetivo trazer conceitos básicos de microeconomia aplicados aos instrumentos econômicos para conservação e fazer uma introdução sobre métodos de valoração ambiental, que podem servir de subsídios para a tomada de decisões durante o processo de implementação e aperfeiçoamento destas políticas ambientais.

Já as oficinas temáticas tiveram como objetivos principais: 1) Nivelar o entendimento dos participantes sobre o instrumento econômico em questão, 2) Proporcionar um panorama geral da aplicação de cada instrumento econômico no Brasil de forma geral e em outros estados, trazendo exemplos úteis para seu desenvolvimento no estado da Bahia, 3) Conhecer, a partir do relato de técnicos da SEMA, o estado da arte do instrumento econômico na Bahia, os desafios para sua operacionalização, e as oportunidades para seu aperfeiçoamento, 4) Iniciar a discussão e definir próximos passos para a construção de um plano de ação para o avanço da agenda do instrumento econômico no estado. Os três primeiros objetivos foram atingidos mediante apresentações realizadas pelos facilitadores e pelos pontos focais, e também por meio de respostas a questionamentos dos participantes. O último objetivo foi atingido por meio de debates envolvendo todos os participantes da oficina, sendo tais discussões dirigidas pela proposição de perguntas orientadoras (mais detalhes disponíveis no relatório que descreve a execução das oficinas, Produto 3).

Os próximos passos acordados após cada oficina temática foram a realização de reuniões de acompanhamento com os grupos de trabalho formados na parte final das oficinas, com a finalidade de dar prosseguimento às discussões iniciadas acerca de oportunidades de aperfeiçoamento dos instrumentos econômicos, e também para avaliação de progressos no desenvolvimento dos planos de ação, assim como a necessidade de eventuais ajustes. Nestas ocasiões, os facilitadores fizeram indicações de formas de organização e apresentação dos planos de ação, e também sugeriram possíveis estratégias para superar questões identificadas pelos grupos como obstáculos para realização de certas ações necessárias, no sentido de viabilizar a implementação efetiva desses planos.

A oficina final teve como principal intuito a apresentação, por parte dos grupos de trabalho, dos planos de ação específicos para cada instrumento econômico (ICMS-Ecológico, CRA, Cobrança pelo Uso da Água e Conversão de multas ambientais). Também foi realizada uma sessão de avaliação conjunta dos ganhos obtidos ao longo de todo o processo do ciclo de oficinas, das lições aprendidas, e sobre possibilidades de aplicação prática dos conteúdos assimilados e dos planos de ação nas operações cotidianas dos técnicos da SEMA.

Comentado [5]: Ao final desses dois parágrafos vale mencionar que todo o registro do Processo e encaminhamentos detalhados foram descritos no Produto 3.

Avaliação e recomendações sobre a continuidade do processo de aprendizagem

O processo de capacitação foi muito bem concebido e desenhado, visando fornecer um apoio pontual para a identificação e proposição de soluções para gargalos que pudessem ser abordados em um curto espaço de tempo, com insumos específicos por parte dos facilitadores e especialistas convidados, sem que fosse preciso a elaboração de estudos novos. A sistematização e [compartilhamento de referências bibliográficas](#) [transmissão de literatura](#), o alinhamento de conhecimento e de experiências dos participantes de diferentes instituições, e seu engajamento no desenvolvimento de planos de ação, mostraram maneiras eficientes de se avançar com agendas, tanto do ponto de vista prático, como de articulação entre atores e instituições.

Comentado [6]: Sugiro colocar essa seção ao final do documento, tal como reorganizado no Produto 4 do Paraná. O fio lógico deste relatório fica: 1) Resgate sobre processo de capacitação; 2) Avaliação dos resultados dos GTs e recomendações; 3) e aí então fecha com essa seção mais geral fazendo avaliação de todo o processo de aprendizagem institucional e o que recomendado para seguir e aperfeiçoar este processo.

Entre os desafios identificados ao longo do processo, podemos citar: (1) definição de responsabilidades para a comunicação entre SEMA, facilitadores do processo de desenvolvimento de capacidades, e convidados (2) prazo do projeto e tempo disponível dos participantes para se engajarem no processo.

A equipe do projeto e os representantes da SEMA talvez não tiveram claro desde o início o nível de esforço que demandaria a identificação de atores chave para participação nas oficinas, que dependia de consenso [internos](#) dentro da equipe da SEMA; assim como da articulação e comunicação com estes atores, que deveria ser feita para gerar seu engajamento. Para esta questão, recomenda-se que, em eventuais processos similares, seja definida desde o início do projeto uma pessoa responsável pelo processo de articulação e/ou comunicação com os atores e instituições interessadas. Caso essa pessoa de comunicação seja da equipe ou contratada pelo próprio projeto, ela deve ter apoio direto da equipe da SEMA, pois a definição e articulação dos atores depende do poder de chamamento da própria instituição.

O segundo item se refere ao tempo e prazo do projeto. O prazo do processo de apoio do projeto foi ambicioso, com todas as oficinas e reuniões de acompanhamento ocorrendo em um mês, chegando a dois meses considerando as etapas de preparação e relatoria, gerando uma demanda de, em média, 8 horas de reuniões por semana para os participantes da Bahia - além das demais reuniões e trabalhos de preparação das oficinas. Apesar de bem sucedido, o processo poderia ter sido melhor aproveitado caso houvesse um prazo maior disponível, dando mais tempo para (1) articulação interna da SEMA para discutir e consensuar questões relacionadas ao desenvolvimento de algumas agendas; (2) diluir a frequência de oficinas e reuniões de acompanhamento para que fosse mais fácil participantes conciliarem o processo com outras agendas.

A questão do alargamento do prazo pode contribuir com a possibilidade de avançar com a agenda de cada IE e seus planos de ação - mais do que com o processo de aprendizado em si, que é apoiado pelas oficinas e que pode ser aprofundado pelo estudo da bibliografia sugerida pelos facilitadores.

Apesar de um processo presencial poder ter vantagens em termos de engajamento em grupo e concentração, o processo feito online (devido à pandemia) foi também bem sucedido, dispondo de ferramentas para participação em grupo. Para a replicação do modelo de capacitação e apoio a outros estados, é possível utilizar o bem-sucedido conceito aplicado, contando com número similar de participantes e de oficinas e reuniões de acompanhamento. É possível pensar em uma revisão, por exemplo, um modelo misto, com oficinas presenciais e online, para, por exemplo, facilitar a conciliação de agendas. Outra possibilidade seria a extensão do prazo e do número de reuniões de acompanhamento, para que se estenda ao longo de um ano, dando tempo para que outros processos internos dentro das SEMAs se desenvolvam e amadureçam. Um exemplo de amadurecimento e encaminhamento seria a priorização de temas para estudos posteriores de valoração ambiental que possam informar e apoiar os processos de tomada de decisão que devem ser feitos para que os IE sejam efetivamente implementados.

Avaliação e recomendações sobre o aperfeiçoamento dos Instrumentos Econômicos

ICMS Ecológico

Ao longo do processo de desenvolvimento de capacidades no tema ICMS Ecológico, foi possível constatar a existência na esfera de planejamento do governo estadual, de análises iniciais bem desenvolvidas sobre o tema, e também observou-se, principalmente pelos relatos do ponto focal deste instrumento no referido processo e de outros participantes da secretaria de planejamento, que existe um ambiente político-institucional favorável ao prosseguimento de trabalhos para a efetiva implantação de um mecanismo de ajustes na redistribuição de recursos de ICMS, favorecendo municípios que tiverem boas performances em áreas-chave para o bem-estar da população, como Saúde, Educação e Meio Ambiente.

Ao fim do processo de desenvolvimento de capacidades, havia prognósticos de encaminhamento de uma proposta conceitual preliminar para o governador da Bahia, por meio do secretário de planejamento, uma ação que deve ter a participação efetiva do ponto focal deste tema no processo de desenvolvimento de capacidades. O objetivo final seria a construção de minuta de uma nova lei complementar regulamentadora da distribuição de parcela do ICMS aos Municípios, a ser encaminhada pelo Executivo para a Assembleia Legislativa da Bahia, minuta a ser desenvolvida por um possível grupo de trabalho oficialmente designado para esta função (conforme proposta que consta do plano de ação apresentado ao fim do processo de desenvolvimento de capacidades). Pode-se fazer uma avaliação de que os trabalhos de desenvolvimento de capacidades ajudaram a acelerar um processo que vinha ganhando força, mas estava restrito à esfera da secretaria de planejamento estadual, e que pode ser agora impulsionado com o engajamento de outras secretarias estaduais. Outro resultado concreto foi a elaboração e apresentação, feita pelo ponto focal, do instrumento econômico de uma ferramenta parade simulação de

Comentado [7]: Comentário geral sobre essa seção: os parágrafos trazem um pouco misturado: o que já estava sendo feito antes dessa capacitação, com o que foi discutido ao longo das oficinas e reuniões de acompanhamento, com os encaminhamentos e recomendações de próximos passos. Sugiro que seja separado para cada instrumento: 1) apresentação breve sobre o que já existia e estava sendo tocado no Estado; 2) Os resultados do GT e 3) Aí sim deixar bem separado no texto o que são Recomendações e próximos passos indicados a partir dos resultados. Pode ser feito em forma de quadro, se achar melhor. Ou então tomar como base o produto 4 final do Paraná, que fez essa reorganização e ficou bem mais claro.

Comentado [8]: inserir link para o Plano de Trabalho construído por este GT. Interessante inserir também para os demais IE, assim o relatório fica mais robusto, reunindo todas as informações e links que registram todo o processo (desde as oficinas até os resultados finais de cada GT - os planos de ação).

mudanças na redistribuição atual de recursos do ICMS aos municípios, com base em uma planilha em formato Excel, e que pode ser aperfeiçoado para auxiliar nas análises de um futuro possível grupo de trabalho, funcionando também como peça para auxiliar no engajamento de outros atores-chave no processo.

A oficina, assim como as reuniões de acompanhamento para desenvolvimento de um plano de ação, forneceu um ambiente propício para início de diálogos entre diferentes órgãos do governo estadual da Bahia, como SEPLAN, SEFAZ e SEMA. Este diálogo pode ser enriquecido com a participação de organizações de governo, como outras secretarias “temáticas”, como SEC (Educação) e SESAB (Saúde), que são responsáveis por temas a serem incorporados em um instrumento de “ICMS Socioambiental”, segundo a proposta apresentada dentro do plano de ação desenvolvido no processo de desenvolvimento de capacidades. Nessa proposta foram também considerados pelo grupo desenvolvedor do plano de ação como importantes entes contribuidores do processo, membros do Poder Judiciário que tratam diretamente da gestão de recursos públicos, principalmente na figura do Tribunal de Contas estadual. Recomenda-se também, mesmo que em um segundo momento, a participação de membros das esferas municipais de gestão governamental, o principal público beneficiário da implementação desse instrumento, possivelmente representados pela União dos Municípios da Bahia - UPB), e que são chave para uma efetiva geração de benefícios para a sociedade em decorrência da melhoria de serviços públicos a ser incentivada por este potencial instrumento econômico.

Por fim, indica-se como interessante que a SEMA prossiga em um processo de avaliação interna, eventualmente culminando com eventual engajamento deste órgão no possível grupo de trabalho multi-secretarias, com previsão de ser criado em caráter oficial. A colaboração direta do órgão máximo de Meio Ambiente do Estado da Bahia para implementação do ICMS socioambiental deve ser entendida como altamente estratégica e benéfica para a própria secretaria, principalmente no que tange ao atingimento de metas de conservação e recuperação de remanescentes naturais pela mesma, por meio de maior engajamento de municípios nesta agenda.

Cobrança pelo Uso da Água

Já houve um grande esforço por parte do Inema e da SEMA na avaliação e proposição de estratégias, políticas e ações voltadas à implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias de domínio estadual na Bahia, esforço este representado pela formação de um Grupo de Trabalho oficialmente designado para esta finalidade, que teve atuação entre os anos de 2017 e 2018. O principal resultado desse grupo foi a formulação de uma minuta de decreto regulamentador da cobrança em nível estadual. Tal minuta foi encaminhada no início de 2018 para a Casa Civil do governo estadual, para fins de avaliação por este órgão e por outras secretarias relacionadas ao tema de recursos hídricos. Segundo uma avaliação de especialistas da SEMA, com base em apurações junto a outros setores do governo, há grandes possibilidades do decreto de regulamentação ser publicado nos próximos meses.

No sentido de dar então continuidade aos avanços nessa regulamentação da cobrança em nível estadual, proporcionados pelo grupo de trabalho anteriormente constituído, a principal recomendação que aqui se faz (com base nas principais conclusões ouvidas nas reuniões de acompanhamento) é de que técnicos da SEMA mais fortemente envolvidos com o tema da cobrança pelo uso da água (como boa parte dos

Comentado [9]: Vide comentário geral ao início sobre as siglas que devem ser escritas por extenso na primeira vez que aparecem neste documento.

Comentado [10]: inserir link com a versão final do plano de ação ICMS ecológico.

Comentado [11]: Conforme comentário geral ao início desta seção: é preciso deixar clara a distinção: o que é resultado do plano de ação apresentado, daquilo que é avaliação desses resultados e recomendações feitas pela consultoria para dar sequência aos planos de ação.

membros do grupo de trabalho constituído para desenvolvimento do plano de ação), busquem ter acesso à versão final da minuta do decreto de regulamentação, de forma a se avaliar se a essência dos mecanismos de implementação da cobrança discutidos pelo grupo de trabalho e original foi preservada, ou se houveram modificações que podem comprometer uma eficiente implementação desse instrumento econômico, na visão técnica dos especialistas em recursos hídricos. Informações mais recentes apuradas pelo ponto focal desse instrumento econômico indicam que conforme a versão mais recente da minuta, o estado da Bahia (na figura do INEMA) ficará responsável pela criação do mecanismo de arrecadação e da definição dos valores da cobrança em nível estadual (na maioria dos estados que já regulamentaram a cobrança ~~em nível estadual~~, esta atribuição é ~~própria dos próprios~~ [atribuição dos](#) comitês de bacia estaduais), sendo concedido um prazo de 2 anos, a partir da publicação do decreto, para que comitês interessados proponham e aprovem seus próprios mecanismos e valores de cobrança.

A partir do efetivo acesso e análise da minuta que está em processo final de aprovação pelo executivo estadual, caso fossem observadas a necessidade e a oportunidade de melhorias na política em construção, seria interessante uma avaliação interna da SEMA sobre a possibilidade de formação de novo grupo de trabalho, para aperfeiçoamento final da minuta do decreto de regulamentação, resgatando-se membros do grupo de trabalho original (e recomendações desse grupo), mas também agregando a esse grupo representantes de outras secretarias relacionadas ao tema de recursos hídricos, ~~podendo também receber a contribuição de servidores de secretarias~~ de atuação sistêmica, como SEPLAN e SEFAZ, além de representantes de comitês de bacias estaduais que já vem tratando do tema (a exemplo do CBH Verde-Jacaré e do Recôncavo Norte). Desta forma, poderia ser obtida uma participação mais ~~interativa~~ [integrada](#) ~~dase~~ diferentes ~~áreas técnicas~~ [partes](#) do governo estadual mas também da sociedade civil, criando-se um ambiente [mais favorável para convergências](#) em relação a essa política, podendo dessa forma acelerar o processo de lapidação final da minuta do decreto que regulamentará este novo instrumento econômico no estado da Bahia.

Cotas de Reserva Ambiental

A implementação do instrumento de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) tem sido desafiadora em vários aspectos. Seus principais entraves atualmente estão (1) na definição pendente de “identidade ecológica” do julgamento pelo STF da Ação de Inconstitucionalidade do Código Florestal; (2) na implementação do sistema federal de CRA; (3) e só então na regulamentação de CRA pelos estados. Enquanto apenas o estado do Mato Grosso do Sul faz uso atualmente de um sistema estadual (TCRAE), ainda que com questões sensíveis que devem ser avaliadas criticamente, como a permissão de emissão de TCRAE em APPS, os demais estados seguem aguardando por definições em nível federal.

O caminho “natural” adotado pela maioria dos estados é o de aguardar a resolução das pendências mencionadas. Entretanto, ~~como implementar o CAR é atribuição dos estados, é possível que os governos estaduais busquem superar~~ [é possível que o estado tome a dianteira e se anteceda a definição das pendências indicadas, avançando nas regulamentações estaduais para implementar a Lei de Proteção da Vegetação Nativa e seus instrumentos, ou mesmo se adiante a definições e articulações que deverão, uma vez estabelecida em nível federal, ser reguladas em nível estadual.](#) Um exemplo de [definição aguardada em nível federal](#) ~~ste tipo de definição~~ é a possibilidade (ou não) de que comunidades tradicionais e

Comentado [12]: Não necessariamente. A ideia em ampliar a participação de diferentes áreas e setores é debater os entraves superando-os na etapa correta, para que, uma vez aprovada, a implementação realmente ocorra por estar de fato aderente à realidade e as demandas de cada setor usuário dos recursos hídricos.

Comentado [13]: escrever por extenso quando a sigla aparece pela primeira vez neste texto.

quilombolas façam emissão prioritária de CRA, quando muitas vezes não têm a escritura de suas propriedades.

Após o processo, ficou definido que a SEMA e INEMA devem tratar da construção de alinhamento interno sobre o tema antes de abrir a discussão para atores externos, como representantes de comunidades, setor privado, outros órgãos e do Ministério Público. Enquanto isso, espera-se que haja progressos no nível federal em relação à criação de um sistema federal com regulamentação na CVM e B3, assim como da definição pelo STF da “identidade ecológica” que deve ser mantida, segundo a lei, nas trocas de CRA.

Comentado [14]: Territórios Quilombolas, Terras Indígenas, etc não possuem escritura. É um documento de posse coletiva. Sugiro verificar e, se for o caso, reescrever.

Comentado [15]: Comissão de Valores Mobiliários?

Conversão de Multas Ambientais

Os procedimentos administrativos de conversão de multas ambientais estão a cargo do Inema (Diretoria de Fiscalização), e os gestores desse órgão ambiental que lidam com a atuação na operacionalização desse instrumento relataram que existe uma disposição entendimento dentro do órgão interno sobre a necessidade de se avançar na padronização e na sistematização dos procedimentos para implementar a conversão de multas ambientais, visto que esse instrumento ainda parece carecer de regulamentações necessárias para conferir diretrizes suficientemente claras para uma gestão mais homogênea pelos órgãos responsáveis. Foi relatado que houve a criação de um grupo de trabalho com esta finalidade específica em 2019, mas que os trabalhos foram interrompidos devido à grande demanda emergencial ocasionada pelos derramamentos de óleo na costa da Bahia. Ainda assim, esta agenda continua sendo objeto de avaliações por meio da assessoria especial da presidência do Inema.

As dificuldades encontradas para o envolvimento direto dos responsáveis por esta agenda em discussões para o desenvolvimento de um plano de ação para aperfeiçoamento desse instrumento no estado da Bahia, de certa forma impediram que houvesse encaminhamentos concretos referentes a este tema, a partir do processo de desenvolvimento de capacidades. Ainda assim, pode-se relatar como resultados extremamente positivos gerados pelo ciclo de oficinas promovido por SEMA, MMA e GIZ, a participação do diretor de Fiscalização do Inema na oficina de intercâmbio sobre o tema de conversão de multas ambientais (com participação de outros órgãos ambientais em nível federal e de outros estados), como relator do estado da arte deste instrumento na Bahia, apresentando a sistematização, e também dos desafios a serem superados e vencidos, assim como das oportunidades que se vislumbram para seu aperfeiçoamento, visando estimular a conciliação entre infratores ambientais e estado, incrementando também a destinação de recursos extra-orçamentários para projetos dos órgãos ambientais estaduais e de terceiros. Esta oficina foi um ótimo ambiente para troca inicial de experiências e recomendações entre técnicos do IBAMA, ICMBio, e de órgãos de estados da Mata Atlântica (BA, PR, SP e RJ) que lidam diariamente com o tema de conversão de multas ambientais. Outro resultado positivo alcançado ao final desse processo de desenvolvimento de capacidades foi a possibilidade de explicitar a necessidade de interação maior aproximação entre SEMA e Inema para futuras discussões e avaliações conjuntas para aperfeiçoamento desse instrumento na gestão estadual.

Como recomendação final, indica-se como extremamente interessante que o grupo de trabalho iniciado em 2019 tenha os seus trabalhos retomados o quanto antes, propiciando um arranjo oficialmente estabelecido para intensificação das discussões acerca de possíveis regulamentações administrativas para uma maior promover a sistematização e padronização dos procedimentos de conversão de multas

ambientais na esfera estadual. Seria interessante que a SEMA iniciasse um processo de avaliação interna para identificação de que diretorias deveriam ser envolvidas em uma eventual retomada deste grupo de trabalho, conforme a identificação de atribuições que têm interface com esse instrumento econômico já previsto pelas legislações Federal e da Bahia.